

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação:

APROVADO na Comissão de Educação o parecer contrário do relator, deputado Comte Bittencourt, ao Projeto de nº 1447/2016, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que “Dispõe sobre a docência em matemática, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”.

APROVADO na Comissão de Educação o parecer favorável do relator, deputado Comte Bittencourt, ao Projeto de Lei nº 2287/2016, de autoria da deputada Marca Jeovani, que “Dispõe sobre a criação do programa educacional de combate e controle ao HIV/AIDS, no âmbito das escolas da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro, através de atividades direcionadas à semana de prevenção da doença, anualmente, durante o mês de dezembro”.

APROVADO na Comissão de Educação o parecer do relator, deputado Comte Bittencourt, ao Projeto de Lei nº 2364/2017, de autoria do deputado Átila Nunes, que “Altera a lei nº 1.831, de 06 de julho de 1991, para criar o programa “escola sustentável”, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, favorável com emendas.

Saúde:

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 291/2015, de autoria da ex-deputada Tânia Rodrigues, que “Determina o prazo para agendamento de consultas e procedimentos médicos nas unidades de saúde pública e privada, quando o paciente for pessoa idosa, quando for pessoa com deficiência e gestante”.

Defesa do Consumidor

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 1703/2016, de autoria do deputado Cidinha campos, que “Proíbe no estado do Rio de Janeiro, que as empresas de televisão por assinatura enviem cobranças ou qualquer outro tipo de aviso aos assinantes por meio de mensagens na televisão em meio às programações televisivas habituais e dá outras providências”.

Indústria de Plástico

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, as emendas proferidas ao Projeto de Lei nº 924/2011, de autoria do deputado Dr. José Luiz Nanci, que “Dispõe sobre o atendimento preferencial em estabelecimentos comerciais do estado às pessoas que se utilizam de sacolas retornáveis, e dá outras providências”, **contrário a emenda 1 e favorável a emenda 1.**

Indústria da Carne

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei 918/2015, de autoria da deputada Daniele Guerreiro, que “Proíbe no estado do Rio de Janeiro, a importação, circulação, comercialização ou consumo de carne e derivados que contenham substâncias com propriedades anabolizantes, usadas em animais de abate para consumo humano, conforme específica”, **favorável com as emendas da CCJ.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Redação do vencido para 2ª discussão:

→ **PL 427-A/2011** - Determina procedimento para os entes públicos estaduais, bem como para as concessionárias de serviço público quando da realização de obras e serviços no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

→ **PL 3860-A/2018** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de fraldários acessíveis a frequentadores masculinos e femininos em estabelecimentos de grande circulação, e dá outras providências.

Sessão Plenária do
Dia: 01/11/2018

2ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação, da redação do vencido, do Projeto de Lei nº 2832-A/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica”, **por falta de quórum.**

ADIADA a votação do **Projeto de Lei nº 1348/2012**, de autoria do deputado Márcio Pacheco, que “Altera a Lei nº 1.091, de 05 de dezembro de 1986, que inclui nos temas interdisciplinares “noções de trânsito” no currículo das unidades escolares de ensino fundamental e médio do estado do Rio de Janeiro”, **por falta de quórum**.

Sessão Plenária do
Dia: 06/11/2018

DISCUSSÃO ÚNICA/ REGIME DE URGÊNCIA

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 4473/2018**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988 e a lei nº 5.067, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências” (meio ambiente - zoneamento ecológico econômico), foi aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento e, rejeitado pelas Comissões de: Meio Ambiente; Saneamento Ambiental; Agricultura; Economia. Ficou deliberado, no plenário, que acontecerá uma audiência pública para debater o PL e, após a realização da mesma, abrirá prazo de 48 horas para apresentação da(s) emenda(s).

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emenda, o **Projeto de Lei nº 795/2015**, de autoria do deputado Wagner Montes, que “Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro”. A redação do final foi publicada no DO-II de 08/11/18 - Aguarda-se aprovação do plenário para seguir a autógrafos.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2948/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a lei 4129, de 16 de julho de 2003, que obriga os supermercados a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos”. O PL retornará em 2ª discussão.

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 1085/2015**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Estabelece regras para o cadastramento de usuários em sítios de compra e venda de produtos novos e usados de terceiros na internet ou demais meios eletrônicos no estado do Rio de Janeiro”. O PL recebeu uma emenda e retorna às Comissões.

Sessão Plenária do
Dia: 07/11/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1377/2012, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que “Dispõe sobre a exigibilidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, instituída pela lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, no estado do Rio de Janeiro, na forma que mencionado”. Vai a autógrafo.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei 2210/2016, de autoria dos deputados Zaqueu Teixeira e outros, que “Institui a política estadual de economia solidária no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”, na forma do substitutivo da CCJ. O texto aprovado vai à redação do vencido para 2ª discussão. (publicado no DO de 09/11/18).

Sessão Plenária do
Dia: 08/11/2018

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 44/2015, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que “Dispõe sobre autorização para redução da alíquota de ICMS de materiais e equipamentos destinados à instalação de sistemas de captação de água de chuva no estado do Rio de Janeiro”, com emendas. O PL retorna em 2ª discussão.

APROVADO, com emendas, o Projeto de Lei nº 1123/2015, de autoria da ex- deputada Tânia Rodrigues, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de etiquetas em braile em peças de vestuário”. O PL vai a redação do vencido para em 2º discussão

Resumo: As empresas do setor têxtil podem ser obrigadas a incluir em suas peças etiquetas em braile, com letras ampliadas ou outro meio acessível a pessoas com deficiência visual.

É o que define o projeto de lei 1.123/15, da ex-deputada Tania Rodrigues, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) nesta quinta-feira (08/11), em primeira discussão. O texto ainda precisa ser votado em segunda discussão pela Casa. Essas etiquetas devem conter pelo menos informações quanto à cor e ao tamanho.

Segundo o texto, as empresas não poderão cobrar nenhum valor a mais pelos produtos com as etiquetas especiais. Em caso de descumprimento, o infrator poderá arcar com as penalidades previstas pelo Código de Defesa do Consumidor. A arrecadação de eventuais multas será destinada ao Fundo Estadual para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A norma valerá para todas as empresas que comercializam roupas no Estado do Rio, inclusive as que vendem peças importadas ou que sejam fabricadas em outros estados brasileiros.

As empresas terão 120 dias para se adequarem à norma.

Retirado do site da ALERJ.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2350/2017, de autoria da deputada Tia Ju, que “Dispõe sobre a destinação de dois por cento dos recursos com multas da Lei Seca para a Fundação para Infância e Adolescência - FIA”, com emendas. O PL vai à redação do vencido para 2ª discussão.

APRECIADO o Projeto de Lei nº 2381/2017, de autoria dos deputados Nivaldo Mulim e Carlos Minc, que “Dispõe sobre a política estadual de apoio à agricultura urbana e dá outras providências”. As Comissões de Constituição e Justiça; Agricultura; Segurança Alimentar; Economia; Assuntos Municipais (com emendas) e de Orçamento (vota com a Comissão de Assuntos Municipais) emitiram seus, respectivos pareceres orais via plenário. **Não houve quórum para deliberação.**

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 4449/2018, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que “Altera a Lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a as aplicações e a monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências”, **por falta de quórum.** (As Comissões de Constituição e Justiça; Saúde e Orçamento proferiram seus, respectivos, pareceres orais favoráveis ao PL).

Requerimento:

Requerido urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 4451/2018, que “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e esportivos no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências”, pelo deputado André Lazaroni, autor da matéria. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

Alguns projetos de lei que se encontram na pauta da ordem do dia:

Data: 13/11/2018

Hora: 15:00:00

Em 2ª discussão - redação do vencido - assim emendada

- PL 185-A/2015 - reativação da estação ferroviária São Bento

Em 2ª discussão - redação do vencido

- **PL 4200-A/2018** - Altera a lei nº 7.957 de 15 de maio de 2018, para tornar obrigatório, aos estabelecimentos comerciais, o uso de canudos e copos fabricados com produtos biodegradáveis em substituição aos descartáveis de material plástico comum.

Em 2ª discussão

- **PL 2948/2014** - altera a lei 4129, de 16 de julho de 2003, que obriga os supermercados a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

Em 1ª discussão

- **PL 100/2015** - Altera a lei nº 6.439, de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre o programa de incentivo à modernização, renovação e sustentabilidade da frota de caminhões do estado do Rio de Janeiro.

- **PL 1162/2015** - Obrigatoriedade de instalação de câmeras de vídeo nas áreas internas das composições de transporte coletivos dos modais que operam sobre trilhos e dá outras providências.

Data: 14/11/2018

Hora: 15:00:

Em tramitação ordinária

em continuação da votação, em 2ª discussão - redação do vencido

- **PL 2832-A/2017** - Autoriza o poder executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica.

Em 2ª discussão - redação do vencido - assim emendada

- **PL 1954-A/2016** - Torna a varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações.

- **PL 4243-A/2018** - Criação do plano estadual de livro, leitura, literatura e biblioteca - PELLB-RJ no estado do Rio de Janeiro.

em 2ª discussão - redação do vencido

- **PL 2952-A/2014** - Altera a lei nº 3.977, de 4 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão, em copos descartáveis, da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis.

em 1ª discussão

- **PL 2886/2014** - Regulamenta o art. 25 da lei 3325/99, que dispõe sobre a destinação de recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM, para programas e projetos de educação ambiental.

- **PL 2291/2016** - reserva preferencial para distribuição ou venda de unidades habitacionais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL nº 730 de 05 de novembro de 2018

Veto total apostado ao PL 459/2015, de autoria do deputado Jair Bittencourt, que “Torna obrigatório o compartilhamento de dados e informações médicas dos planos de saúde com o Sistema Único de Saúde no estado do Rio de Janeiro”. (DO-I de 6/11/18).

Ofício GG/PL nº 731 de 05 de novembro de 2018

Veto total apostado ao PL 684/2015, de autoria do deputado Nivaldo Mulim e Wagner Montes, que “Dispõe sobre a implantação, nos órgãos da administração pública, direta e indireta do Poder Público do estado do Rio de Janeiro, do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS-RJ”.

Ofício GG/PL nº 738 de 08 de novembro de 2018

Veto total apostado ao PL 713/2015, de autoria do deputado Flávio Serafini, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública estadual do Rio de Janeiro”.

Ofício GG/PL nº 740 de 08 de novembro de 2018

Veto total apostado ao PL 2817/2017, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Dispõe sobre a desobrigação dos funcionários de shopping centers e das empresas estabelecidas no local do pagamento da taxa de estacionamento e dá outras providências”.

AGORA É LEI:

Lei n 8152 de 05 de novembro de 2018

Oriunda do PL 438-A/15

Autores: Deputado Tania Rodrigues e Zito

Dispõe sobre o sistema de revista nos estabelecimentos bancários e comerciais do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. (DO-I de 06/11/18).

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.485 de 05 de novembro de 2018

Regulamenta as Leis Estaduais nº 5.113/2007 e nº 6.459/2013, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, cria o programa fluminense de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e dá outras providências. (DO-I de 06/11/18).

→ Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 56 de 31 de outubro de 2018

Regulamenta o Inciso III, do artigo 13 do Decreto nº 46.453/2018, de 11 de outubro de 2018. (DO-I de 05/11/18)

Resolução SEFAZ nº 339 de 31 de outubro de 2018

Altera a Resolução SEFAZ nº 33, de 30 de março de 2017, que estabelece normas critérios complementares para a determinação do montante do depósito mensal do FEEF, prevista no § 1º do art. 5º do Decreto nº 45.810, de 03 de novembro de 2016. (DO-I de 05/11/18)

Resolução SEFAZ nº 340 de 08 de novembro de 2018

Altera a Resolução SEPLAG nº 1533, de 07 de novembro de 2016, que estabelece normas complementares para consignações facultativas no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, relativas ao cadastramento, recadastramento, desativação temporária e descredenciamento de entidades consignatárias. (DO-I de 09/11/18).

Subsecretaria de Estado de Receita

Superintendência de Tributação

Portaria SUT 180 de 31 de outubro de 2018

Altera o Manual de Diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária aprovada pelo decreto nº 27.815/2001, para incluir o Convênio ICMS 33/1998. (DO-I de 05/11/18)

Portaria SUT 181 de 31 de outubro de 2018

Altera o Manual de Diferimento, ampliação de prazo de recolhimento, suspensão e de incentivos e benefícios de natureza tributária aprovada pelo Decreto nº 27.815/2001. (DO-I de 06/14/18).

Portaria SUT 181 de 51 de 07 de novembro de 2018

Restabelece o Programa Gerador, versão 0.3.3.4, da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS) e o correspondente manual de instruções de preenchimento, e dá outras providências. (DO-I de 085/11/18).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.